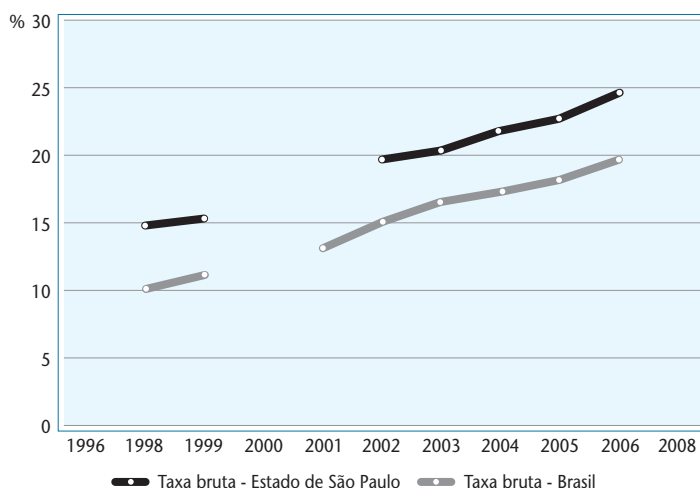


Destaques do Capítulo 2 – Formação de Recursos Humanos no Estado de São Paulo

Graduação

- Entre 1999 e 2006, a taxa bruta de matrícula no ensino superior no Brasil aumentou de 11,2% para 19,3%, o que representou um crescimento de 72%.
- No Estado de São Paulo, em 2006, as taxas foram mais elevadas, passando de 15,4%, em 1999, para 24,4%, mas o crescimento foi menor (58%).

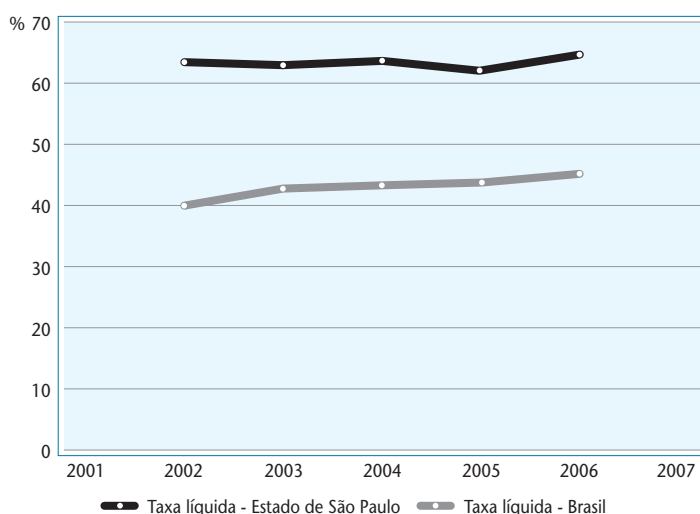
Taxa bruta de matrícula no ensino superior – Brasil e Estado de São Paulo – 1998-2006



Fontes: Inep. Censo do Ensino Superior (microdados); IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para os anos de 1998, 2000 e 2001 não há dados sobre os matriculados por idade que permitam o cálculo das taxas.

- Um dos fatores principais responsáveis pela histórica baixa taxa de matrícula no ensino superior brasileiro decorre de gargalos educacionais em etapas anteriores a ele, nos ensinos fundamental e médio.

Taxa líquida de matrícula no ensino médio – Brasil e Estado de São Paulo – 2002-2006



Fontes: Inep. Censo da Educação Básica (microdados); IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

- No Brasil, o número de concluintes do ensino médio em relação ao total de vagas oferecidas no ensino superior passa de 1,72 concluinte por vaga, em 1999, para 0,80 em 2006, com o número de vagas oferecidas passando a ser maior que o de egressos do ensino médio.

- O excesso de vagas se deve ao crescimento do setor privado. Para este setor, a relação, que era de 2,27, em 1999, passou a 0,91, em 2006.
- A relação entre os concluintes do ensino médio e ingressantes no ensino superior também diminuiu em São Paulo. No ensino privado, o índice passou de 1,70, em 1999, para 0,63, em 2006.
- No ensino superior público, em São Paulo, oferecia-se uma vaga para cada 14,2 concluintes do ensino médio, em 1999, e 8,54, em 2006.
- Configura-se, assim, uma situação paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que a taxa bruta de matrícula no ensino superior ainda é inferior à do conjunto dos países da América Latina, o Brasil apresenta um altíssimo percentual de absorção de concluintes do ensino médio no ensino superior, maior do que muitas nações desenvolvidas: 81% em São Paulo e 71% no Brasil. Além disso, há um expressivo percentual de vagas ociosas, concentradas no setor privado.
- Quando se examina o acesso ao ensino superior por nível de renda, verifica-se que nas faixas de rendimento *per capita* acima de dois salários mínimos a taxa de matrículas aproxima-se daquela observada nos países desenvolvidos. Para a faixa de renda de quatro a cinco salários mínimos, a taxa equivale à da Europa Central.
- Em 2003, 16% dos alunos no ensino superior público estavam na faixa de renda de um salário mínimo ou menos, enquanto a taxa no ensino superior privado era a metade dessa, 8%.
- Não é verdade que o ensino público atende preferencialmente à população de maior renda, ao passo que o setor privado inclui os jovens de menor nível socioeconômico. O ensino superior público atende a um percentual maior de alunos provenientes de famílias de menor renda do que o ensino privado; inversamente, o percentual de alunos mais ricos é maior no setor privado que no público.
- Uma estratégia que tem sido adotada no país para promover o aumento da taxa de matrícula no ensino superior inclui a ampliação das vagas gratuitas, quer no ensino público, quer por meio de financiamento governamental, direto ou indireto, pela oferta de bolsas no ensino privado. As duas soluções não são mutuamente excludentes.
 - No ensino superior público, a relação entre concluintes do ensino médio e vagas no ensino superior público, embora muito maior que no setor privado, vem diminuindo: em São Paulo, caiu de 14,2, em 1999, para 8,5, em 2006. No Brasil, a relação é menor e mais estável, variando de 7,0, em 1999, para 6,2, em 2006.
 - A oferta de bolsas no ensino superior privado foi introduzida em 2005 pelo Governo Federal, com o Programa ProUni, o qual pode ter sido responsável pelo fato de as matrículas no ensino superior privado não terem diminuído, como se previa até então.
- Mesmo esta segunda solução encontra obstáculos associados à desigualdade social. Foi estabelecido, para a obtenção da bolsa, um limite máximo de renda e um limite mínimo de desempenho no Exame Nacional de Ensino Médio. Com a aplicação desses critérios, não houve número de candidatos suficiente para preencher as bolsas existentes. Por isso, o limite da renda admissível para ocupar as vagas disponíveis tem sido elevado.
 - O problema reside no fato de que não há um número suficiente de alunos pobres que consigam terminar o ensino médio com aproveitamento considerado mínimo para ingresso no ensino superior, ainda que o nível de exigências acadêmicas para ingresso e aprovação no ensino privado seja menor do que no público.
- No país, o percentual de matrículas no ensino privado passou de 65,4%, em 1999, para 74,6%, em 2006. Em São Paulo, o percentual de matrículas no ensino superior privado foi de 84,6% para 86,6% no mesmo período.

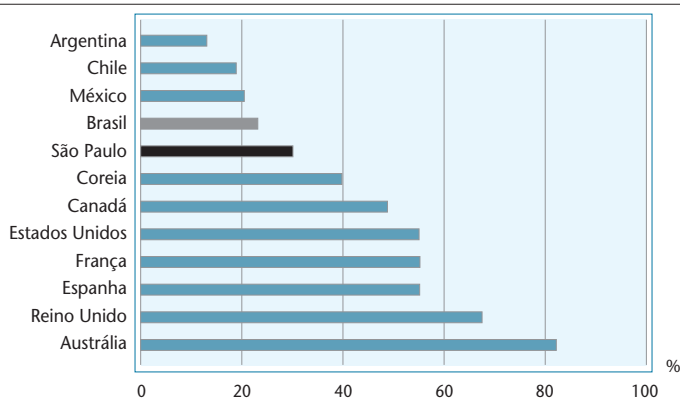
- A predominância do setor privado no total das matrículas no ensino superior é maior em São Paulo do que no conjunto do Brasil. A maior concentração do ensino privado em São Paulo parece estar associada a dois fatores:
 - De um lado, pelo fato de o estado concentrar camadas da população com renda mais elevada, capazes de pagar um ensino privado, o mercado a ser atendido é maior. O crescimento do setor se inicia nesse estado e, após ter atendido à maior parte da demanda, se estende a outras unidades da federação. Atualmente, o setor privado parece ter atingido seu limite de expansão em São Paulo.
 - De outro lado, há ainda que se ponderar a relativa baixa participação do Governo Federal na manutenção de instituições públicas de ensino superior no Estado de São Paulo, ao contrário do que se verifica nas demais unidades da federação. No conjunto do país, o Governo Federal respondia, em 2006, por 12,2% do total das matrículas e era o maior provedor do ensino superior público. Em São Paulo, ao contrário, as instituições federais respondiam por apenas 0,7% do total das matrículas, ao passo que o Estado respondia por 7,8%, quase doze vezes mais do que a União. Desta forma, outra característica do ensino superior público de São Paulo é sua quase integral dependência das instituições estaduais e municipais.
- O número de concluintes do ensino superior em São Paulo em 2008 foi de 239.601 jovens.

Concluintes do ensino superior por natureza administrativa da instituição – Estado de São Paulo – 2008

	Nº	%
	239 601	100
Pública	31 553	13,2
Federal	1 599	0,7
Estadual	18 684	7,8
Municipal	11 270	4,7
Privada	208 048	86,8
Particular	148 436	62,0
Comunitária/Confessional/Filantrópica	59 612	24,9

- O ponto destoante na estatística de concluintes é que apenas 0,7% destes cursou instituições federais de ensino superior. Este percentual para o Brasil é 11% do total de concluintes.
- Em São Paulo, os concluintes do ensino superior representaram, em 2008, 33% da população de jovens com 25 anos. Percentual bem superior ao de Argentina (13%), Chile (19%) e México (21%).

Concluintes do ensino superior por 1/5 da população de 25 a 29 anos – Brasil, Estado de São Paulo e países selecionados



Pós-Graduação

- Em 1996, havia 333 programas de doutorado em São Paulo e 277 nas demais unidades da federação. Em 2006, São Paulo contava com 446 programas e as demais unidades com 708.
- No mestrado, ocorreu um movimento semelhante, que, entretanto, iniciou-se mais cedo. Em 1996, São Paulo contava com 420 programas e as demais unidades da federação, com um número já bem maior: 739. Em 2006, a diferença havia crescido em favor das demais unidades da federação, que contavam, no conjunto, com 1.430 programas, bem mais do que o dobro dos 592 existentes em São Paulo.
- As universidades estaduais constituem os grandes centros de pós-graduação no Estado de São Paulo. USP, Unesp e Unicamp ofereciam, em 2006, 340 programas de doutorado que atendiam a 16.033 alunos, o que representa 79% do total do estado. A USP oferecia 203 programas e atendia a 9.235 alunos, mais da metade do total. A Unesp contribuía com 79 programas e 2.808 alunos. A Unicamp contava com 58 programas atendendo a 3.990 alunos.
- As três universidades paulistas ofereciam também 370 programas de mestrado, sendo 207 pela USP, 103 pela Unesp e 60 pela Unicamp. Nesses programas, estavam matriculados, respectivamente, 9.070, 3.287 e 3.097 alunos em 2006.
- Os alunos dos programas de doutorado das instituições estaduais paulistas representavam, em 2006, 79,9% dos doutorandos matriculados no Estado de São Paulo e 35,4% dos existentes no Brasil.
- As universidades federais em São Paulo ofereciam em 2006 53 programas de doutorado, sendo 38 pela Unifesp e 15 pela UFSCar, aos quais se somam, respectivamente, 39 e 21 programas de mestrado. Há ainda os programas de duas instituições federais isoladas: o Inpe, com seis programas de doutorado e outros seis de mestrado, e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), com três de doutorado, quatro de mestrado e um programa de mestrado profissionalizante. O total da contribuição federal soma, assim, 62 programas de doutorado, com 2.113 alunos matriculados
- Das 92 instituições privadas de ensino superior existentes no Estado de São Paulo em 2006, das quais 30 são universidades, apenas nove ofereciam programas de doutorado; dessas, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com 1.335 alunos, oferecia 16 cursos, isto é, perto da metade do total de programas de pós-graduação oferecidos pelo setor privado.
- Nos programas de doutorado em São Paulo, nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde e Engenharias, estavam matriculados, ao final de 2006, 13.421 alunos. Por outro lado, nas Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística / Letras / Arte eram 6.668 alunos.
- Nos programas de mestrado em São Paulo, em 2006, havia 13.720 alunos matriculados em cursos da área de Ciências da Natureza e 10.996 na área de Ciências Humanas.
- Em termos de atendimento da demanda por bolsas (mestrado e doutorado) por agência, entre 1996 e 2008:
 - o percentual de alunos financiados pela Capes aumentou de 11,6% para 14,9%;
 - o percentual de alunos com bolsas do CNPq caiu de 20,1% para 11,3%;
 - o percentual de alunos apoiados pela FAPESP aumentou de 7,5% para 15,5%
- Considerando que existiam, em 2008, 20.752 alunos de doutorado e 27.464 de mestrado em todo o Estado de São Paulo, o percentual de bolsas em relação ao número de alunos era de aproximadamente 41% no mestrado e 42%, no doutorado.
- São Paulo formou, em 2008, 4.824 doutores – 45% dos doutores formados no Brasil – e 9.959 mestres – 30% do total do país.